

-----A C T A-----

-----Acta da reunião ordinária de 16 de Janeiro de 2006-----

-----Aos dezasseis dias do mês de Janeiro de dois mil e seis nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Joana Vidinha Batista e Moraes Silvestre, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos e José Carlos Silva.-----

-----Sendo quinze horas e cinco minutos assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usou da palavra a Sr^a Vereadora Manuela Cunha que disse que na última reunião referiu não terem sido expostas as análises de água para consumo humano e perguntou se foram feitas. Saiu agora o Relatório Anual para o Sector das Águas, do IRAR, que afirma não ter o Município de Almeirim respondido aos insistentes pedidos de informação, respeitantes a dois mil e quatro, presumindo não haver a informação solicitada. Ora, na reunião do executivo de cinco de Janeiro de dois mil e quatro, foi aprovada a proposta do Programa de Qualidade da Água para o Concelho de Almeirim, segundo as normas legais e após insistência da interveniente, começaram a ser publicitadas as análises de água.-----

-----O Sr. Presidente disse que só pode responder quando receber o Relatório do IRAR, que não conhece. A implementação do Programa de Qualidade da Água foi da responsabilidade do então Vereador Domingos Martins, que o geriu, pelo que não sabe justificar a falha que a Sr^a Vereadora aponta. Tem a certeza que

as análises de água são feitas regularmente, se não são enviadas a quem de direito, terá de haver alguém que responda.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha fez entrega do seu requerimento solicitando a entrega de fotocópias das análises à qualidade da água para consumo humano do Concelho, realizadas em dois mil e quatro e dois mil e cinco, segundo o Programa de Qualidade apresentado ao executivo.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu, em complemento, que ficou baralhado com a notícia espelhada no Jornal de Notícias, segundo a qual o Município de Almeirim está em litígio com a empresa que faz as análises, o que foi confirmado pelo Sr. Presidente ser falso.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que a qualidade da água é impecável e as análises continuam a demonstrá-lo.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----ACTAS - Foi submetida a apreciação a acta da reunião de dois de Janeiro em curso, que foi aprovada por unanimidade e cuja leitura o executivo deliberou dispensar por ter sido previamente distribuída por todos os autarcas.-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em projectos de arquitectura dos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----António Batista Maurício, cento e sessenta e quatro de dois mil e um; Francisco Correia Batista & Filhos, Ld^a, catorze A; e António Cristino Alberto, trezentos e catorze, ambos de dois mil e cinco.-----

-----O Sr. Presidente aludiu ao pedido do Banco Santander Totta, SA, a que se refere o processo cento e quinze de dois mil e quatro, para construção de uma rampa de acesso de deficientes na sua agência sita na Praça da República, número trinta e um, em

Almeirim, em terrenos do domínio público (passeio), relativamente ao qual fez chegar aos restantes membros do executivo o parecer do consultor jurídico. Neste parecer, o jurista aponta duas figuras jurídicas alternativas para a viabilização da aludida rampa, a concessão ou a licença. Apresentou ainda o fax contendo os comentários do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, que analisa juridicamente as figuras da concessão e da licença, concluindo ser esta última a que deverá tutelar a pretensão.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que o que está em causa não é a forma jurídica da utilização do domínio público, mas a questão de fundo de que o Banco Totta, enquanto instituição bancária com lucros despropositados, não tenha até agora cumprido a legislação em vigor. Quando o projecto entrou na Câmara o parecer do Arquitecto chamou a atenção para a falta da rampa e só depois da obra acabada vem o Banco pedir a utilização da via pública, quando na altura da sua execução, tinha condições para a fazer no seu espaço físico. Seria diferente se não tivesse outra solução, mas este banco tinha-a e não a utilizou e o que se pretende agora é que fique o domínio público a servir os interesses de privados. Defende o esbater de barreiras arquitectónicas, mas não à custa do domínio público, já que estas rampas consubstanciam novas barreiras arquitectónicas, empurrando as pessoas para um passeio mais estreito. Neste caso do Totta, em caso de acidente no cruzamento é sempre neste passeio que as viaturas batem e está a ser reduzida a margem de segurança na circulação de peões. Acrescentou não estar de acordo com a utilização do domínio público, sobretudo porque o Arquitecto chamou a atenção em devido tempo e não foi feito caso.-----

-----Submetido o assunto a votação, foi deliberado licenciar a construção da rampa de acesso ao banco em terrenos do domínio público, por maioria, com o voto contra da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que fez voto de vencido e a seguinte declaração de voto:-

-----«Bem que considere de extrema importância a eliminação de barreiras arquitectónicas que tanto dificultam a vida das

peessoas com dificuldades de mobilidade e bem que lamente o pouco empenho da autarquia, no sentido de fazer cumprir o Decreto-Lei respeitante a esta questão, nos prazos previstos e já ultrapassados, voto contra a proposta aqui apresentada pelo Banco Santander Totta, como o fiz com a Caixa Geral de Depósitos, pelas seguintes razões:-----

-----1 - Esta proposta que deveria vir eliminar uma barreira arquitectónica consubstancia, por si própria, outra barreira arquitectónica, para além do que vem reduzir a área de passeio obrigatória e empurra os peões para cima da Estrada Nacional, num cruzamento muito perigoso, onde já ocorreram vários acidentes, particularmente do lado do Totta. Pretende-se assim remediar um mal com outro mal;-----

-----2 - Existiam e existem alternativas à proposta, visto o Banco dispor de instalações de razoáveis dimensões e ainda ter uma zona de logradouro com portão de acesso para a Rua Manuel Minderico. Aliás, durante as obras de remodelação das instalações deste Banco, o Arquitecto Forte emitiu parecer ao processo em que chamava a atenção para a necessidade de instalação de rampa de acesso de deficientes, o que não foi feito;-----

-----3 - Só a insensibilidade, a ganância e o facto de saberem que a autarquia vai ceder ao pedido é que leva este tipo de instituições, a quem o dinheiro não falta, a utilizarem o espaço público, tendo meios tecnológicos à sua disposição e espaço suficiente para o resolver;-----

-----4 - Só poderia, por excepção, aprovar uma situação de rampa no domínio público municipal no caso da sua edificação não ter mesmo outra alternativa, o que não é o caso presente».-----

-----O Sr. Presidente declarou «votar a favor da solução proposta por entender que, se um cidadão sem dificuldades de locomoção utiliza normalmente os espaços do domínio público para aceder aos edifícios de interesse colectivo, é imposto por lei e deve ser nossa vontade própria e solidária, que possibilitemos também às pessoas com dificuldades de locomoção a utilização de idênticos espaços do domínio público a fim de aceder aos mesmos

edifícios de interesse colectivo, ainda que, para isso, seja necessário construir equipamentos que lhes facilitem o acesso. Neste caso particular, a construção da rampa em nada prejudica a continuidade de utilização daquele passeio como o tem sido até aqui. Dado que, juridicamente, a situação tem enquadramento legal, voto favoravelmente».

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos justificou o seu voto favorável por reconhecer ser a licença a modalidade que melhor defende os interesses da autarquia, já que a concessão obrigaria a vinculação contratual, por um prazo a prever, do direito de exploração dessa parcela do domínio público, não se vislumbrando outro objecto da concessão que não a mera utilização, nem o nexo causal com a vantagem económica a atribuir ao particular (Banco). Considerando também a não existência de nexos causal entre a construção da rampa e os acidentes, e apesar das soluções alternativas enunciadas, não vislumbra qualquer perigo hipotético e virtual quanto à construção da rampa.

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em projectos globais pertencentes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:

-----Ferreira, Dâmaso & Ribeiro, Lda, duzentos e nove A de dois mil e três; SCALAGRO - Sociedade Agro-Industrial, Lda, duzentos e quarenta e nove e duzentos e cinquenta; Citation - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, trezentos e dezassete e trezentos e dezoito, todos de dois mil e quatro; Alexandra Isabel Jorge Dias, cinquenta e seis; João Manuel Silva Moura, cento e vinte e seis; Lidónio & Caniço - Construção Civil, Lda, cento e quarenta e dois A; António Sampaio Figueiredo, cento e sessenta e oito; Armindo Felício Reguinga Lidónio, cento e noventa e quatro; SCALAGRO - Sociedade Agro-Industrial, Lda, duzentos e vinte e seis; Ana Margarida Lucas Pinto Gonçalves, trezentos e um; Joaquim Neves Silvério, trezentos e quinze; e Primeiro Plano - Projectos e Construções, Lda, trezentos e dezasseis, todos de dois mil e cinco.

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----LOTEAMENTO DA RAPOSA - Foi presente o requerimento de Alfredo do Rosário Tomé e mulher, Rosália Nunes da Silva Ambrósio Tomé, solicitando autorização para venderem o lote de terreno número quarenta e quatro da Quinta de S. António, na Raposa e a construção nele existente, por lhe ser dispensável.--

-----A Câmara deliberou autorizar a venda.-----

-----CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES - Foi presente o requerimento do Mandatário da Candidatura de Manuel Alegre à Presidência da República no Concelho de Almeirim, solicitando a cedência do fórum da Biblioteca Municipal, para o passado dia catorze de Janeiro, com destino a uma acção de campanha.-----

-----A Câmara deliberou ratificar o despacho de cedência do Sr. Presidente.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----NORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS AUTOCARROS - Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara deliberou retirar da Ordem de Trabalhos as Normas em título, cujo agendamento será feito oportunamente.-----

-----PARTIDO ECOLOGISTA OS VERDES - A Câmara tomou conhecimento da comunicação do Grupo Parlamentar Os Verdes que acompanha cópia da resposta ao requerimento dirigido ao Ministério da Economia e Inovação sobre a venda da COMPAL.-----

-----VIRTUALIZAÇÃO DE RECEITAS - No seguimento das informações do Serviço de Águas, a Câmara deliberou debitar ao Tesoureiro as prestações em dívida por fornecimento de água de três consumidores, no total de cento e setenta e dois euros e setenta e oito cêntimos.-----

-----ESTÁGIO CURRICULAR - Foi presente o requerimento de Eduardo Fernando Fuo Kee, que está a realizar o estágio curricular do

curso de Gestão de Empresas nesta Câmara, com início a dezassete de Outubro passado e fim previsto para vinte e oito de Janeiro corrente, solicitando a atribuição do subsídio de refeição.-----

-----O executivo deliberou conceder.-----

-----AUXÍLIOS ECONÓMICOS DIRECTOS - REFEITÓRIO ESCOLAR - Sob proposta da Sr^a Vereadora Joana Silvestre, a Câmara deliberou atribuir auxílios económicos directos pelo escalão A, sessenta euros e custear as refeições no refeitório escolar a duas crianças carenciadas, uma transferida para a Escola Básica da Raposa e outra para a Escola Básica de Foros de Benfica.-----

-----EXPEDIENTE E LIMPEZA DAS ESCOLAS - Sob proposta da Sr^a Vereadora Joana Silvestre, o executivo deliberou transferir para as respectivas Juntas de Freguesia as verbas respeitantes aos subsídios de expediente e limpeza das escolas, ATL e jardins de infância, de noventa euros por sala de aula e por trimestre.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - A Sr^a Vereadora Joana Silvestre comunicou o incêndio ocorrido numa habitação social do Bairro de S. João Baptista, em Almeirim, na residência de uma idosa que vive com a filha, doente mental, as quais perderam os poucos bens de conforto imediato e não têm meios para os repor, pelo que solicitou o apoio da autarquia para repor as condições básicas de habitabilidade.-----

-----O executivo deliberou apoiar nas condições propostas.-----

-----FUNDO DE MANEIO - Sob proposta do Chefe de Repartição de Contabilidade, a Câmara deliberou constituir um Fundo de Maneio a vigorar durante o ano de dois mil e seis, com a dotação anual de seis mil euros, correspondente a quinhentos euros mensais, repartido pelas rubricas que discrimina, destinado a suportar despesas urgentes e inadiáveis dos serviços e que ficará à responsabilidade do proponente, Gilberto de Jesus Xavier.-----

-----HABITAÇÃO SOCIAL - Foi presente a informação do Gabinete de Acção Social respeitante à situação de Maria Emília Narciso Ferreira Aranha, arrendatária da habitação sita na Avenida Vinte e Cinco de Abril, número nove, rés do chão, esquerdo, em Almeirim, que apresenta uma dívida acumulada de rendas de dois mil trezentos e cinco euros e trinta e um cêntimos e que pretende amortizar em dezassete anos.-----

-----A Câmara deliberou determinar que a arrendatária deve efectuar uma amortização mensal de vinte e cinco euros, em simultâneo com a renda do mês a que respeitar.-----

-----Às dezasseis horas foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição desta Autarquia, elaborei a presente acta, que mandei lavrar e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.--

O Presidente da Câmara

A Chefe de Repartição
